

DECRETO Nº 49.287 DE 10 DE SETEMBRO DE 2024

ALTERA E ACRESCE DISPOSITIVOS AO DE-
CRETO ESTADUAL Nº 49.134, DE 06 DE JU-
NHO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊN-
CIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, tendo em vista o disposto nas Leis Complementares nº_101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e nº_159, de 19 de maio de 2017 (Regime de Recuperação Fiscal), na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (lei de Licitações e Contratos Administrativos), nas Leis Complementares Estaduais nº_198, de 28 de dezembro de 2021, em especial o § 2º, do art. 1º e nº_193, de 05 de outubro de 2021 (Nor- mas e Diretrizes Fiscais, no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal para o ERJ), na Lei Federal nº_4.320, de 17 de março de 1964, nas Leis Estaduais nº_287, de 04 de dezembro de 1979 e na Resolução SEFAZ nº 433, de 08 de setembro de 2022, e demais disposições legais pertinentes. Processo nº SEI-040009/000041/2024.

DECRETA:

Art. 1º - Ao artigo 6º Decreto Estadual nº 49.134/2024 serão acres- cidos o §4º e §5º, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

"Art.

6º.....

§4º - Fica o Órgão Central de Tesouraria responsável por executar o pagamento das Programações de Desembolso emitidas com recursos do Fundo Soberano do Estado do Rio de Janeiro (FUNSERJ), conforme §1º do art. 2º e art. 5º do Decreto Estadual nº 49.023, de 01 de abril de 2024.

§5º - Os órgãos que ordenarem despesa, nos termos indi- cados no parágrafo anterior, deverão encaminhar as Progra- mações de Desembolso, via processo administrativo SEI-RJ, por meio do Tipo Processual: "Financeiro: Pagamento Fonte de Recurso FUNSERJ", conforme documento SEI "Ofício: Pa- gamento despesa FUNSERJ."

Art. 2º - O §1º do artigo 25 do Decreto Estadual nº 49.134/2024 pas- sará a vigorar com a seguinte redação:

"Art.

25.....

§1º - Os ofícios citados nos incisos I e II deverão conter a motivação para a respectiva solicitação.

§2º - A SUBTES notificará a instituição bancária e anexará ao processo a resposta/confirmação do recebimento.

§3º - A SUBTES notificará o órgão solicitante, bem como a Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado do Rio de Janeiro (SUBCONT) para acompanhamento junto ao SIAFE- Rio.

§4º - Caberá ao órgão solicitante providenciar toda documen- tação pertinente aos atos demandados e a entrega junto às instituições bancárias para a efetivação da solicitação, confor- me exigido por cada banco.

§5º - Concluído procedimento junto à instituição bancária, o órgão solicitante deverá encaminhar à SEFAZ/SUBCONT as informações necessárias para inclusão/inatividade/alteração da conta corrente junto ao SIAFE-Rio.

§6º - Nos casos de solicitação de abertura de contas corren- tes para uso das unidades administrativas vinculadas à Uni- dade Gestora Principal, caberá ao órgão encaminhar justifi- cativa à SUBCONT.

§7º - Nos casos de valores recolhidos pela autoridade poli- cial, a título de fiança criminal ou provenientes de valores apreendidos, ou aqueles previstos no artigo 69, o órgão res- ponsável pelo recolhimento deverá abrir conta corrente espe- cífica para seus respectivos fins, respeitado todo procedimen- to exposto no artigo.

§8º - O Órgão Central de Tesouraria terá acesso direto a to- das as informações bancárias, inclusive as pertinentes às aplicações financeiras e investimentos, dos órgãos e entida- des do Executivo Estadual junto às instituições bancárias e financeiras.

§9º - Fica autorizada o Órgão Central de Tesouraria a rece- ber, junto às instituições financeiras, quantias provenientes de Mandados e Alvarás de pagamentos judiciais expedidos pelo Poder Judiciário da esfera Estadual e Federal em benefício do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

§10 - A abertura de contas bancárias, a internalização de re- cursos e a celebração de contratos de câmbio relativos a operações de créditos, em nome do Governo do Estado do Rio de Janeiro, são de competência exclusiva da Secretaria de Estado de Fazenda." (NR)

Art. 3º - Ao Decreto Estadual nº 49.134/2024 será acrescido o artigo 25-A, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25-A - Fica autorizado o Órgão Central de Tesouraria a encerrar contas bancárias, pertencente aos órgãos do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, que:

I - não tenham mais saldo financeiro;

II - não registraram movimentação financeira há mais de 180 (cento e oitenta) dias; ou

III - encontram-se com o status de inativas.

§1º - Eventual saldo financeiro remanescente, decorrente do encerramento das contas englobadas no caput, deverá ser transferido para a Conta Única ou outra conta indicada pelo respectivo órgão.

§2ª - O cancelamento citado no caput deverá ser precedido de notificação ao respectivo órgão, que deverá se manis-estar no prazo de 10 (dez) dias, valendo o silêncio como anuência para os procedimentos previstos neste artigo."

Art. 4º - O §7º do art. 29 do Decreto Estadual nº 49.134/2024 pas- sará a vigorar com a seguinte redação:

"Art.

29

§7º - Às contratações de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratan- te, incluído o fornecimento de peças, deverá ser observado o disposto no §7º do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021."

Art. 5º - O §3º do artigo 41 do Decreto Estadual nº 49.134/2024 pas- sará a vigorar com a seguinte redação:

"Art.

41.....

§3º - O fornecimento de material e a execução da obra ou serviço serão atestados, nos comprovantes da despesa, por 02 (dois) servidores diversos do servidor que recebeu o adiantamento, pela autoridade requisitante e pelo ordenador de despesa".

Art. 6º - O artigo 46 do Decreto Estadual nº 49.134/2024 passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 46 - A prestação de contas de adiantamento será rea- lizada pelo servidor responsável pelo recebimento do valor e uso do cartão e será feita, via processo administrativo SEI próprio, inaugurado na respectiva unidade, por meio do tipo processual "Financeiro: Prestação de Contas de Adiantamen- to."

§1º - A prestação de contas do adiantamento será direcio- nada ao setor responsável de cada órgão, consoante dispo- to no artigo 111 da Lei Estadual n.º 287/1979, após ratifica- ção pela autoridade requisitante, e será instruída com os se- guintes documentos/informações:

(...)

§2º - Como comprovantes de despesa, só serão admitidas Notas Fiscais emitidas com data contemporânea ou posterior à emissão da respectiva Nota de Empenho do adiantamento no SIAFE, expedidas em favor do órgão respectivo, com de- claração expressa de recebimento do credor e devidamente atestadas pelo servidor que recebeu o adiantamento".

Art. 7º - O artigo 46 do Decreto Estadual nº 49.134/2024 será acres- cido o §6º, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 46 -.....

§6º - No caso da impossibilidade ou dispensa de emissão de nota fiscal em razão de previsão legal, fica autorizada a com- provação, conforme §2º, por meio de declaração ou recibo emitido pelo prestador de serviço." (NR)

Art. 8º - O caput do artigo 48 do Decreto Estadual nº 49.134/2024 passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 48 - O servidor portador do cartão de pagamento pres- tará conta das despesas realizadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do último dia útil indicado pelo ordenador da despesa para sua aplicação." (NR)

Art. 9º - O artigo 49 do Decreto Estadual nº 49.134/2024 passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 49 - O setor responsável de cada órgão, consoante dis- posto no artigo 112 da Lei Estadual n.º 287/1979, disporá do prazo de 30 (trinta) dias corridos, sendo 25 (vinte e cinco) dias para exame do processo e 05 (cinco) dias para a au- toridade ordenadora de despesa aprovar ou impugnar a com- provação, contados a partir do encerramento do prazo do ar- tigo 48 do Decreto n.º 48.134/2024, para exame do processo e parecer conclusivo, não se computando nesse prazo o pe- ríodo necessário ao cumprimento de exigência, o qual não poderá exceder 20 (vinte) dias corridos." (NR)

Art. 10º- Os §2º e §8º do artigo 52 do Decreto Estadual nº 49.134/2024, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art.

52

§2º - As despesas com suprimento de fundos serão geren- ciadas a partir de um centro de custos, vinculado à conta corrente do órgão solicitante, nos termos do artigo 25, e ope- racionalizadas por meio de cartão de pagamento, observadas as disposições constantes no artigo 30.

§8º - Para fins de atendimento do limite de valor estabelecido no inciso II do §3º do artigo 52, considera-se o momento de liquidação da despesa." (NR)

Art. 11 - Ao artigo 71 do Decreto Estadual nº 49.134/2024, será acrescido o parágrafo único, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 71 -.....

Parágrafo Único. A alocação dos recursos financeiros do Te- souro do Estado fica condicionada a realização de chama- mento público para definição da instituição financeira que me- lhor apresentar as condições, conforme previamente definido em edital."

Art. 12 - Ao artigo 72 serão acrescidos os incisos III e §1º que pas- sarão a vigorar com a seguinte redação:

"Art.

72

I - (...)

II - (...)

III - Certificado de Depósito Bancário (CDB).

§1º - As instituições financeiras emissoras das modalidades previstas nos incisos II e III deverão ser administradas e ge- ridas por instituições pertencentes aos Bancos Públicos, ou por instituições financeiras classificadas pelo Banco Central do Brasil como do segmento S1 para regulação prudencial.

§2º - O regulamento dos fundos deve prever a aplicação de no mínimo 80% em títulos públicos federais (via operações definitivas ou compromissadas) e de no máximo 20% em at- ivos com baixo risco de crédito (rating mínimo de Aa3 ou AA-), ou em cotas de fundos de índice que invistam em ativos com essas características.

§3º - Para efeito da regra estabelecida no §2º, as classifi- cações de risco serão avaliadas conforme tabela de classi- ficação, em escala nacional, das agências Fitch Atlantic Ra- ting, Moody's Investor e Standard & Poor's, sendo certo que o rating mínimo estabelecido deve ser observado pelo Gestor no momento da aquisição dos ativos.

§4º - Os fundos poderão realizar operações com derivativos de renda fixa, exclusivamente com o objetivo de proteger o patrimônio do fundo, sendo o valor total de tais derivativos limitado ao respectivo patrimônio.

§5º - No caso de recursos oriundos de repasses governa- mentais, convênios, operações de crédito, licitações de ser- viços financeiros realizados pelo Estado ou outras vincula- ções, a aplicação poderá ser realizada pelo Tesouro Estadual em depósitos em poupança ou outras modalidades financei- ras com perfil de risco conservador, caso sejam determinadas

pelos respectivos atos jurídicos relacionados.

§6º - A aplicação dos recursos existentes nas contas bancá- rias abrangidas pelo Sistema de Centralização de Recursos - conta centralizadora - ficará a cargo da Subsecretaria do Te- souro do Estado.

§7º - O produto resultante das aplicações realizadas constitui receita financeira do Tesouro do Estado.

§8º - Excluem-se do disposto neste artigo os Convênios e Contratos de Financiamento com cláusulas específicas, que prevejam a incorporação de eventuais resultados de aplica- ções financeiras de recursos disponíveis ao escopo dos Con- vênios ou dos Financiamentos." (NR)

Art. 13 - O artigo 74 do Decreto Estadual nº 49.134/2024 passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 74 - Fica o agente financeiro obrigado a aplicar os re- cursos creditados em conta corrente, vinculada a CNPJ do Estado, aberta com a finalidade de realização de repasses, em fundo de investimento com liquidez diária." (NR)

Art. 14 - Esse decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2024.

Art. 15 - Ficam revogados o Decreto nº 43.233/2011, Decreto nº 43.389/2011 e Decreto nº 43.642/2012.

Art. 16 - Ficam revogados, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação deste, os Decretos nº 43.576/2012, nº 47.660/2021, nº 48.290/2022 e nº 48.373/2023.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2024

CLÁUDIO CASTRO
Governador

Id: 2593103

Atos do Governador

ATO DO GOVERNADOR
DECRETO DE 10 DE SETEMBRO DE 2024

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

RESOLVE:

DESIGNAR o Chefe de Gabinete JOSUÉ FONSECA TEIXEIRA JU- NIOR, ID FUNCIONAL Nº 5139358-1, para, sem prejuízo de suas atri- buições, responder pelo expediente da Secretaria de Estado de Trans- formação Digital, no período de 11 a 30 de setembro de 2024. Pro- cesso SEI-430001/004861/2024.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2024

CLÁUDIO CASTRO
Governador

Id: 2593104

Despachos do Governador

DESPACHOS DO GOVERNADOR
EXPEDIENTE DE 10 DE SETEMBRO DE 2024

PROCESSO Nº SEI-210001/081086/2024 - Considerando o que consta do processo em epígrafe, INDEFIRO o Recurso Hierárquico inter- posto pelo servidor CRISTIANO BRANDÃO DA SILVA, IDF nº 5091158-9, contra a sanção disciplinar de suspensão por 45 (quarenta e cinco) dias, aplicada pela Secretária de Estado de Administração Penitenciária.

PROCESSO Nº SEI-350487/003634/2022 - INDEFIRO o Recurso Ad- ministrativo interposto pela pessoa jurídica WM SERVIÇOS E CO- MÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI ME, contra pe- nalidade aplicada pela Secretaria de Estado de Polícia Militar - SEPM.

Id: 2593099

Secretaria de Estado da Casa Civil

ATOS DO SECRETÁRIO
DE 10 DE SETEMBRO DE 2024

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, usando das atribui- ções que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 40.644, de 08/03/2007,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO o Ato de 19 de agosto de 2024, publicado no D.O. de 20/08/2024, que nomeou TALITA MARTINS PAVIANI para exercer o cargo em comissão de Ajudante I, símbolo DAI-1, da Su- perintendência da Operação FOCO, da Subsecretaria Especial de Controle de Divisas, da Secretaria de Estado da Casa Civil, anteri- ormente ocupado por Peterson Sherman Mendes Mello, ID Funcional nº 51181428. Processo nº SEI-150001/009319/2024.

NOMEAR JULIANA GOMES DA COSTA, ID FUNCIONAL Nº 5138595-3, para exercer o cargo em comissão de Assistente I, sím- bolo DAS-6, da Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro - CE- PERJ, da Secretaria de Estado da Casa Civil, anteriormente ocupado por David Conceição Teles, ID Funcional nº 51409577. Processo nº SEI-150011/000312/2024.

NOMEAR ALEXANDRE CALDAS DE SOUZA, ID FUNCIONAL Nº 5140971-2, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, símbolo DAS-6, da Divisão de Patrimônio, da Coordenadoria Adminis- trativa Operacional, da Diretoria Administrativa e Financeira, da Fun- dação Centro Estadual de Estatística, Pesquisas e Formação de Ser-

DIÁRIO OFICIAL PARTE I - PODER EXECUTIVO

PUBLICAÇÕES

ENVIO DE MATÉRIAS:

As matérias para publicação deverão ser enviadas pelo sistema edof's ou entregues em mídia eletrô- nica nas Agências Rio e Niterói.

PARTE I - PODER EXECUTIVO:

Os textos e reclamações sobre publicações de matérias deverão ser encaminhados à Assessoria para Preparo e Publicações dos Atos Oficiais - à Rua Pinheiro Machado, s/nº - (Palácio Guanabara - Casa Civil), Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 22.231-901 Tels.: (21) 2334-3242 e 2334-3244

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: (21) 2717-7840.

AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL

RIO - Praça Pio X, nº 55, 6º andar - Centro - Rio de Janeiro
Tel.: (21) 2332-6549
Email.: agerio@ioerj.rj.gov.br
Atendimento das 8h às 17h

NITERÓI - Rua Professor Heitor Carrilho, nº 81 - Centro - Niterói/RJ.
Tel: (21) 2717-4427 - E-mail: agenit@ioerj.rj.gov.br
Atendimento das 8h às 17h.

PREÇO PARA PUBLICAÇÃO:

cm/col _____ R\$ 132,00

RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS: Deverão ser dirigidas, por escrito, à Diretora-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máxi- mo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.



Patricia Damasceno
Diretora-Presidente

Flávio Cid
Diretor Administrativo

Rodrigo M. Caldas
Diretor Financeiro

Jefferson Woldaynsky
Diretor Industrial